



Ministério da Fazenda  
Secretaria Executiva  
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração  
Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no DF

**CONTRATO Nº 20/2012 DE SERVIÇOS CONTINUADOS  
PARA EXECUÇÃO DE ATIVIDADES OPERACIONAIS  
NOS ESCRITÓRIOS DE PROJETOS DO MINISTÉRIO  
DA FAZENDA, QUE ENTRE SI FIRMAM A UNIÃO E A  
EMPRESA INTELIT PROCESSOS INTELIGENTES  
LTDA.**

A UNIÃO, representada pela Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Distrito Federal (SAMF/DF), inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.460/0492-30, situada no Setor de Autarquias Sul, Quadra 06, Bloco "O", 6º andar do Edifício Órgãos Centrais, em Brasília-DF, CEP: 70.070-917, neste ato, representada pelo Gerente de Recursos Logísticos, **Sr. Luiz de Jesus Ferreira da Silva**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 286.261, expedida pela SSP/RO, inscrito no CPF/MF sob nº 239.059.052-72, residente em Brasília/DF, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria SPOA/SE/MF nº 778, de 05 de outubro de 2012, publicada no DOU de 08/10/2012; conforme o disposto no §1º, inciso I, artigo 89 da Portaria MF nº 81, de 27 de março de 2012, publicada no DOU de 30/03/2012, que aprova o Regimento Interno da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda, doravante em sequência, designada simplesmente **Contratante**, e de outro lado, a empresa **INTELIT PROCESSOS INTELIGENTES LTDA**, CNPJ nº 10.682.187/0001-04, estabelecida na cidade de Brasília, Distrito Federal, no SCRS, Quadra 514, Bloco C, Entrada 49, sobreloja, CEP: 70.380-535, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada pelo sócio diretor, **Sr. Carlos Jacobino Lima**, brasileiro, natural de Paraíba, portador da Cédula de Identidade nº 1730702, expedida pela SSP-DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 899.412.251-68, em conformidade com o Contrato Social da empresa, daqui por diante denominada simplesmente **Contratada**, têm entre si justo e celebram por força do presente instrumento, elaborado de acordo com a minuta examinada pela Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 1ª Região, "ex-vi" do artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no artigo 13, inciso III, alínea "e", do Decreto-lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967, de 8 de setembro de 1986, e autorizado por despacho do Senhor Superintendente de Administração do Ministério da Fazenda no Distrito Federal, exarado no Processo MF nº 12105.000141/2012-85, **CONTRATO DE SERVIÇOS CONTINUADOS PARA EXECUÇÃO DE ATIVIDADES OPERACIONAIS NOS ESCRITÓRIOS DE PROJETOS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA**, observadas as disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 e da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes cláusulas e condições:

## **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

I- Contratação de Empresa para prestação de serviços continuados para execução de atividades operacionais nos Escritórios de Projetos do Ministério da Fazenda, por meio de abertura de Ordem de Serviço em Sistema Informatizado, totalizando 6.336 horas de esforço por ano conforme especificações constantes no Termo de Referência.

II- Na ausência de uma métrica consagrada e aplicável à natureza dos serviços especificados, o parâmetro fica estabelecido em horas aplicadas à entrega de produtos, tangíveis ou não, de acordo com a execução de ordens de serviço com base na estimativa do esforço necessário ao nível de tarefas a serem realizadas na forma especificada no Termo de Referência.

III- Deixa-se claro, que não se trata da alocação de posto de trabalho, cabendo, portanto, única e exclusivamente à CONTRATADA a estruturação da equipe na dimensão que atenda as condições estabelecidas no Termo de Referência.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO - DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR** - A execução dos serviços obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que integram o Processo MF nº 12105.000141/2012-85 e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariarem:

I - Edital de Pregão Eletrônico SAMF/DF nº 10/2012, de 19 de outubro de 2012;

II - normas, instruções e regulamentos baixados pelo Ministério da Fazenda;

III - proposta e documentos que a acompanham, firmados pela Contratada em 19 de outubro de 2012, e apresentados à Contratante, contendo o preço e demais especificações inerentes aos serviços; todos assinados ou rubricados pela Contratada;

IV - Termo de Referência.

**PARÁGRAFO SEGUNDO - DA LICITAÇÃO** - Os serviços ora contratados foram objeto de Licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico, de acordo com o disposto no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, cujo Edital está anexado às fls. 148/187 do Processo MF nº 12105.000141/2012-85, comunicado às entidades de classe e demais interessados, em aviso publicado na página 93 do "Diário Oficial" de 08 de outubro de 2012, na página 12 do Jornal de Brasília e no Sítio Comprasnet.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A prorrogação da vigência do contrato em exercícios subsequentes ficará condicionada à avaliação da qualidade dos serviços prestados, à comprovação da compatibilidade dos preços conforme o mercado, bem como à existência, em cada ano, de dotação orçamentária para suportar as despesas dele decorrentes.



### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA**

Como compromisso de integral cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, inclusive indenização a terceiros e multas eventualmente aplicadas, a Contratada prestou garantia em favor da Contratante, no valor de **R\$ 35.934,62** (trinta e cinco mil, novecentos e trinta e quatro reais e sessenta e dois centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor estimado para 12 (doze) meses do Contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO - DO RESPONSÁVEL PELA GARANTIA** - A garantia ficará sob a responsabilidade e à ordem da Contratante, observando-se, quando for o caso, o disposto no art. 82 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.

**PARÁGRAFO SEGUNDO - DA REPOSIÇÃO DA GARANTIA** - Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada se obriga a fazer a respectiva reposição no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data em que for notificada pela Contratante.

**PARÁGRAFO TERCEIRO - DA RESTITUIÇÃO DA GARANTIA** - A garantia somente será restituída à Contratada após o integral cumprimento de todas as obrigações Contratuais.

**PARÁGRAFO QUARTO - DA RENOVAÇÃO DA GARANTIA** - A garantia mencionada nesta cláusula deverá ser renovada anualmente pela Contratada, devendo, ainda, seu valor ser corrigido monetariamente, em decorrência de eventual reajustamento do valor do Contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

I- Além das demais obrigações previstas nesta especificação e de outras decorrentes da natureza do contrato deverá o CONTRATANTE:

- a. emitir Ordens de Serviço para a execução dos objetos contratados;
- b. assegurar o acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas;
- c. prestar as informações e esclarecimentos necessários que os empregados da CONTRATADA encarregados da execução dos serviços venham a solicitar para o desenvolvimento dos trabalhos;
- d. disponibilizar à CONTRATADA local adequado para a guarda de materiais e equipamentos utilizados durante a execução dos serviços em seu ambiente físico, quando necessário;
- e. fiscalizar o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas nesta especificação;
- f. Disponibilizar para a CONTRATADA o acesso às instalações, equipamentos, rede, e a documentação disponível, relacionada com o objeto do serviço e com os processos a ser modelados, a critério do CONTRATANTE e em função da característica da demanda;
- g. Facilitar o ingresso às áreas para levantamentos e, quando necessário, indicar o contato com dos servidores das áreas envolvidas, bem como providenciar o acesso e facilitar o contato com servidores de órgãos e entidades envolvidos nos serviços a serem prestados;
- h. Recusar serviços/artefatos fora das especificações, padrões e normas técnicas adotadas;
- i. Prestar à CONTRATADA a assistência necessária à boa execução dos serviços.

## CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I- Possibilitar o acompanhamento dos trabalhos por parte do CONTRATANTE e reportar as ações que estão sendo executadas, bem como prestar contas sempre que requisitada, a qualquer tempo, sobre etapas e produtos descritos nesta especificação.

II- Além das demais obrigações expressamente previstas neste documento e de outras decorrentes da natureza do ajuste deverá a CONTRATADA:

- a. indicar um representante/preposto, de acordo com os requisitos desta especificação, e um eventual substituto, nos dias úteis, no horário de 9h às 19h, e acessível através de contato telefônico em qualquer outro horário, com vistas a:
  - acompanhar a execução das Ordens de Serviço em vigor;
  - assegurar-se de que as determinações do CONTRATANTE sejam disseminadas junto à CONTRATADA, com vistas à alocação dos profissionais necessários para execução dos Serviços;
  - informar ao CONTRATANTE sobre problemas que possam impedir o bom andamento dos serviços;
  - elaborar documentos (relatórios gerenciais e outros) referentes ao acompanhamento da execução das Ordens de Serviço;
  - executar os procedimentos administrativos referentes aos recursos alocados para prestação dos serviços contratados.
- b. formalizar a indicação do representante junto ao CONTRATANTE;
- c. atender às instruções do CONTRATANTE quanto à execução e horários de realização dos serviços, permanência e circulação de pessoas nos prédios do Ministério;
- d. responsabilizar-se pelos materiais, produtos, ferramentas, instrumentos e equipamentos disponibilizados para a execução dos serviços, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer responsabilidade por perdas decorrentes de roubo, furto ou outros fatos que possam vir a ocorrer;
- e. cumprir as normas relacionadas com a segurança e higiene no trabalho;
- f. promover o afastamento, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento de notificação, de qualquer dos seus empregados que não corresponder aos critérios de confiança ou que perturbe a ação da equipe de fiscalização do CONTRATANTE;
- g. implantar adequadamente o planejamento, a execução e a supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma metódica e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências do CONTRATANTE;
- h. prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos nesta especificação, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, bem como observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios;
- i. comunicar à FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, por escrito, qualquer anormalidade de que tenha conhecimento na execução do mesmo;
- j. responsabilizar-se por danos causados ao patrimônio do CONTRATANTE, ou de terceiros, ocasionados por seus empregados, em virtude de dolo ou culpa, durante a execução do objeto contratado;
- k. submeter seus empregados aos regulamentos de segurança e disciplina instituídos pelo CONTRATANTE, durante o tempo de permanência em suas dependências;
- l. manter, durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram sua contratação;



m. Responsabilizar-se pela infraestrutura tecnológica necessária para realização dos serviços, bem como notebooks, softwares, e demais equipamentos/assessórios;

n. Arcar com todos os custos necessários à prestação dos serviços contratados e ao bom andamento dos trabalhos, como os relativos a materiais de escritório, aquisição de ferramentas e infraestrutura, bem como outros custos específicos, tais como transporte e alimentação dos seus empregados.

## **CLÁUSULA SEXTA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

O contrato deverá ser fielmente executado pelas partes, de acordo com as cláusulas contratuais, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O acompanhamento e a fiscalização dos serviços serão exercidos por um representante da Administração, denominado Fiscal do Contrato, designado por ato do Superintendente de Administração do Ministério da Fazenda no Distrito Federal, ao qual competirá controlar e avaliar a sua execução, bem como atestar as Notas Fiscais e Faturas correspondentes.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A fiscalização será exercida no interesse da Contratante e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do Contrato deverão ser prontamente atendidas pela Contratada.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a Contratante reserva-se o direito de, sem que restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, podendo para isso:

I - observar o fiel adimplemento das disposições contratuais;

II - reservar-se do direito de rejeitar, no todo ou em parte, serviços prestados em desacordo com o contratado;

III - assegurar o direito de ordenar a suspensão da execução dos serviços contratados, sem prejuízo das penalidades sujeitas à Contratada, garantido o contraditório e a ampla defesa.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, a Contratada poderá, durante a execução do contrato, subcontratar, mediante aprovação da Contratante, partes dos serviços, sendo vedada a subcontratação total do objeto.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZOS, ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS**

I- A prestação dos serviços deverá se iniciar no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a partir da assinatura do contrato, mediante a disponibilização de profissionais para execução dos serviços;

- II- No decorrer dos 30 (trinta) dias que trata o item anterior a CONTRATADA, deverá ambientar-se com as metodologias e ferramentas utilizadas pelo Ministério para gerenciamento de Portfólio e Projetos;
- III- A CONTRATADA terá 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato, para disponibilizar ao CONTRATANTE acesso ao Sistema de Gerenciamento das Ordens de Serviço, operando com todas as suas funcionalidades, de acordo com este Termo de Referência;
- IV- A contagem de prazo para execução/entrega dos serviços deverá ser feita de forma automática pelo sistema a partir da aprovação da Ordem de Serviço pelo CONTRATANTE, de acordo com o fluxo especificado;
- a) A contagem de prazo se encerra com a ratificação do fechamento da Ordem de Serviço pelo CONTRATANTE;
  - b) O lapso de tempo entre o registro de encerramento da Ordem de Serviço pela CONTRATADA e a ratificação ou não ratificação pelo CONTRATANTE, de acordo com o fluxo que trata o item 6.9 do Termo de Referência, não será considerado para efeito de Acordo de Nível de Serviço.
- V- Os produtos/artefatos elaborados pela CONTRATADA serão objeto de análise e aceite pelo CONTRATANTE;
- VI- Os produtos entregues em desacordo com o especificado neste documento serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a CONTRATADA a substituí-los no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data de recusa, sob pena de ser considerado em atraso quanto ao prazo de entrega;
- VII- Reuniões de Homologação e Termo de Aceite:
- a) As reuniões de homologação serão realizadas no ambiente do CONTRATANTE entre o PREPOSTO da CONTRATADA e o CONTRATANTE;
  - b) Os resultados das reuniões de homologação, quando necessário, serão registrados em relatórios ou atas;
  - c) Com base no Relatório de Faturamento apresentado na reunião de homologação serão assinados os TERMOS DE ACEITE, pelo CONTRATANTE e pela CONTRATADA, para todos os produtos homologados, configurando o aceite dos mesmos.
  - d) A homologação dos produtos gerados pela CONTRATADA ocorrerá apenas quando não houver nenhuma ressalva/pendência por parte do CONTRATANTE e/ou de órgãos/entidades envolvidos, sendo que as correções indicadas pelo CONTRATANTE, nas etapas de homologação, deverão ser realizadas imediatamente, sem prejuízo dos demais serviços em execução.
  - e) O sistema eletrônico que trata o item 7 do Termo de Referência deverá disponibilizar, para impressão, o "template" do termo de aceite, após o fechamento de cada Ordem de Serviço;
  - f) No Termo de Aceite deverão constar discriminado: descrição do serviço concluído e os produtos entregues, quantidade de horas utilizadas para prestação dos serviços, custo unitário e custo total, bem como os campos para assinaturas do CONTRATANTE e da CONTRATADA;
  - g) Fluxo de trabalho para Recebimento e Aceite dos Serviços:



<b>1. ENCERRAMENTO DA ORDEM DE SERVIÇO</b>
[Sistema Eletrônico] A CONTRATADA registra o encerramento da Ordem de Serviço e submete à aprovação do CONTRATANTE;
[Sistema Eletrônico] O CONTRATANTE aprova a conclusão da Ordem de Serviço?
<b>Sim:</b> Realiza a avaliação dos serviços prestados e ratifica o fechamento da Ordem de Serviço;
<b>Não:</b> Registra as observações/correções necessárias e convoca reunião técnica, se for o caso;
[Sistema Eletrônico] O sistema gera o Termo de Aceite;
<b>2. EMISSÃO DO TERMO DE ACEITE</b>
[Sistema Eletrônico] A CONTRATADA imprime os termos de aceite e monta o Relatório de Faturamento, de acordo com item 15.4 do Termo de Referência, a ser apresentado na Reunião de Homologação.
<b>3. REUNIÃO DE HOMOLOGAÇÃO</b>
A CONTRATADA apresenta o Relatório de Faturamento na reunião de homologação;
O CONTRATANTE aprova o relatório?
<b>Sim:</b> Assina o relatório;
<b>Não:</b> Solicita as alterações necessárias;
A CONTRATADA emite a Nota Fiscal;
O CONTRATANTE, Anexa a Nota ao Relatório e encaminha para pagamento;

## CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO

Pelos serviços executados a Contratante pagará à Contratada o valor constante na tabela abaixo, estando incluídas todas as despesas necessárias à sua execução.

Descrição	Quantidade de horas ano	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
Serviços continuados para operacionalização nos escritórios de projetos.	6336	113,43	718.692,48

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os preços inicialmente contratados serão fixos e irreajustáveis, pelo período de 12 (doze) meses.

**PARÁGRAFO SEGUNDO – DO REAJUSTAMENTO** - O valor do Contrato será reajustado anualmente, a contar da data da proposta, com base no IGP-DI, em conformidade com o disposto no art. 5º do Decreto nº 1.054, de 7 de fevereiro de 1994, utilizando-se como base a seguinte fórmula:

$$R = V \frac{I - I_0}{I_0} \quad \text{onde:}$$

R - é o valor do reajuste procurado;

V - é o valor contratual a ser reajustado;

I - é o Índice relativo ao mês do reajuste; e

I<sub>0</sub> - é o Índice relativo ao mês de apresentação da proposta.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Incumbirá à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo de cada reajuste, a ser aprovado pela Contratante, juntando-se os respectivos documentos comprobatórios.

**PARÁGRAFO QUARTO** - O valor reajustado será objeto de análise por parte da Contratante, não podendo, em nenhuma hipótese ser superior a média de preços praticados no mercado, para o mesmo objeto.

#### **CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas com a execução do Contrato correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária: 25.101 - Ministério da Fazenda; Programa de Trabalho: 04122211020000001 - Manutenção dos Serviços de Administração Geral; Elemento de Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; PTRES: 045276; Fonte: 0100000000, UGR: 170311; Plano Interno: SEEXMAN2000, Orçamento Geral da União, para o exercício de 2012, e nos exercícios futuros, à conta das dotações orçamentárias próprias para atender às despesas da mesma natureza.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Foi emitida em 19/11/2012 a Nota de Empenho nº 803177, modalidade Estimativo, no valor de R\$70.000,00 (setenta mil reais), à conta da dotação orçamentária especificada nesta Cláusula, para atender às despesas inerentes à execução do presente Contrato, durante o presente exercício.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

O presente Contrato poderá ser alterado, após as devidas justificativas, nos casos previstos no artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A Contratante se reserva o direito de promover a redução ou acréscimo dos serviços contratados, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - As supressões poderão ser superiores a 25% (vinte e cinco por cento), resultante de acordo celebrado entre as partes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO**

I- Na ausência de uma métrica consagrada e aplicável à natureza dos serviços a serem prestados, o pagamento será realizado por horas aplicadas à entrega de produtos, tangíveis ou não, de acordo com a execução de cada ordem de serviço baseado na estimativa do esforço necessário para realização desses, conforme especificações deste Termo de Referência;

II- O pagamento dos serviços deverá ser efetuado mensalmente, mediante apuração das ordens de serviço pelo resultado recebido e homologado, dentro do limite de vigência do contrato de acordo com os Termos de Aceite apresentados pela CONTRATADA, em conformidade com o item 10.7 do Termo de Referência;

III- De acordo com a estimativa realizada, anexa ao processo de contratação, a CONTRATADA serão demandadas, no mínimo e efetivamente, 405 horas/mês.

IV- A CONTRATADA providenciará, mensalmente, para efeito de faturamento, um RELATÓRIO DE FATURAMENTO contendo:



- a) A evolução dos serviços contratados, por ordem de serviço;
- b) A identificação do respectivo status de cada um dos serviços;
- c) Total de Horas a serem faturadas por ordem de serviço;
- d) O valor discriminado unitário e total a ser faturado, por Ordem de Serviço;
- e) Problemas de qualidade identificados nos produtos e serviços entregues, naquele período, quando houver;
- f) Prazos em que a execução da Ordem de Serviço extrapolou o prazo de entrega estipulado, quando for o caso.
- g) Total a ser glosado conforme fórmula do item 10.6 do Termo de Referência;
- h) Valor total a ser faturado no período, conforme aplicação da fórmula do item 10.6 do Termo de Referência.

V- O relatório que trata o item anterior deverá ter como anexo, os Termos de Aceite a serem faturados naquele período;

- a) Os Termos de Aceite referentes ao período deverão constar em anexo ao relatório;

VI- Do total a ser pago será deduzido o valor referente aos níveis de serviços acordados e não cumpridos pela CONTRATADA, conforme fórmula que segue:

$$\text{TOTAL A PAGAR (RS)} = (\text{QH} \times \text{VH}) - \text{SLA}$$

QH – Quantidade de Horas despendidas na execução das Ordens de Serviço concluídas e devidamente “Aceitas”

VH – Valor da Hora contratada

SLA – Descontos por não cumprimento dos Níveis de Serviço especificados no Termo de Referência

VII- No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos restituídos à CONTRATADA para as correções necessárias, não respondendo o MINISTÉRIO DA FAZENDA por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes;

VIII- A CONTRATADA deverá apresentar apenas uma Nota Fiscal/Fatura por mês, no valor total equivalente aos serviços executados no período, com os respectivos descontos.

IX- Fluxo de trabalho básico para pagamento:

O Relatório de Faturamento foi assinado por MINISTÉRIO DA FAZENDA e CONTRATADO?
Sim: A CONTRATADA emite a Nota Fiscal;
Não: Resolve pendências;

O MINISTÉRIO DA FAZENDA anexa Nota Fiscal ao Relatório de Faturamento, assinado por MINISTÉRIO DA FAZENDA e CONTRATADA;

O MINISTÉRIO DA FAZENDA encaminha Relatório de Faturamento e Nota Fiscal para pagamento;

X- Ocorrendo eventuais atrasos de pagamento, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

XI- Quando do pagamento à CONTRATADA será feita a verificação de sua regularidade junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e à Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

XII- Constatada a situação de irregularidade da CONTRATADA junto ao SICAF, será a mesma advertida, por escrito, no sentido de que, no prazo de 30 (trinta) dias, regularize sua situação junto a tal Sistema ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais.

XIII- O prazo apontado no subitem anterior poderá ser prorrogado, a critério do MINISTÉRIO DA FAZENDA.

XIV- O MINISTÉRIO DA FAZENDA reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da liquidação, o fornecimento realizado estiver em desacordo com os termos contratuais.

XV- À critério do MINISTÉRIO DA FAZENDA poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.

XVI- Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.



## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES**

I- Pela inexecução total ou parcial do objeto do Contrato e pela verificação de quaisquer das situações previstas no art. 78, incisos I a XI da Lei nº 8.666/93, a administração poderá aplicar as seguintes penalidades, sem o prejuízo de outras:

- a) Advertência;
- b) Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (zero virgula cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência até o limite de 15 (quinze) dias úteis de atraso na entrega do produto, caracterizando inexecução parcial;
- c) Multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratado, no caso de inexecução total do contrato;

II- As multas deverão ser recolhidas no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela SAMF-DF.

III- O valor das multas poderá ser descontado da nota fiscal ou do crédito existente na SAMF-DF em relação à CONTRATADA. Caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

IV- As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado.

V- As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

VI- Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO**

São motivos para a rescisão do presente Contrato, os enumerados nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - No caso de rescisão deste Contrato, será obedecido o que estabelecem os artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

Dos atos da Administração na execução deste Contrato, cabem recursos pela Contratada na forma prevista no artigo 109, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO**

Incumbirá à Contratante providenciar a publicação do extrato do Contrato e seus eventuais termos aditivos no Diário Oficial, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias, contados daquela data, nos termos do parágrafo único, do artigo 61, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato, é competente o foro da Justiça Federal, da Seção Judiciária do Distrito Federal.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente Contrato, cujo extrato fica registrado à folha **46v**, do Livro Especial de Contratos SAMF-DF nº**19**, de acordo com o artigo 60, da Lei nº 8.666, de 1993, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes Contratantes e pelas testemunhas abaixo indicadas.

Brasília, 23 de novembro de 2012.




**Luiz de Jesus Ferreira da Silva**  
Gerente de Recursos Logísticos  
CONTRATANTE



**Carlos Jacobino Lima**  
Intelit Processos Inteligentes Ltda - ME  
CONTRATADA

### TESTEMUNHAS:



**Nilda Martins de Brito**  
C.I.: 273.433 SSP/DF  
C.P.F.: 114.929.961-49



**Vera Lúcia dos Santos Silva**  
C.I.: 382.109 SSP/DF  
C.P.F.: 099.083.661-49





Ministério da Fazenda  
Secretaria Executiva  
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração  
Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no DF

Anexo I do Contrato nº20/2012			
PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇO			
DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS E COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS			
PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS			
Discriminação dos custos e composição do preço			
I	Mão de Obra*	Valor Unitário Mensal (R\$)	Valor Total Mensal (R\$)
A	Salário Médio dos Consultores	R\$ 7.169,60	R\$ 21.508,80
B	Encargos Sociais	R\$ 3.531,02	R\$ 10.593,07
C	Auxílio Alimentação	R\$ 330,00	R\$ 990,00
D	Outros Custos	R\$ 271,36	R\$ 814,08
E	Sub-Total I (A+B+C+D)	R\$ 11.301,98	R\$ 33.905,95
II	Demais Componentes e Tributos		
F	Lucro	R\$ 2.578,74	R\$ 7.736,22
G	Despesas Administrativas	R\$ 3.956,82	R\$ 11.870,47
H	Tributos	R\$ 2.126,13	R\$ 6.378,40
I	Sub-Total I (F+G+H)	R\$ 8.661,70	R\$ 25.985,09
J	Total Mensal (E + I)	R\$ 19.963,68	R\$ 59.891,04
K	Total Anual (J*12)**	R\$ 239.564,17	R\$ 718.692,48
L	Valor da Hora (K/6.336)	R\$	113,43